



## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Data: 21/07/2023

Responsável técnico: João Lopes Alves de Almeida; Diretor Superintendente: Rubens Xavier Martins; Responsável pela movimentação financeira: Wesley de Almeida Franco; Representante do Conselho Deliberativo: Silvana Ferreira Caetano.

Às 9:30 horas do dia 21 de julho de 2023, atendendo à convocação, reuniram-se no Instituto os membros do Comitê que assinam abaixo. Dando início aos trabalhos, foi feita a leitura da ata da reunião anterior, após, o sr. João, diretor financeiro, procedeu à leitura da ordem do dia:

**1) Carteira de Investimentos do Instituto, cenários e despesas.** O diretor financeiro iniciou fazendo a leitura do relatório que a LDB, consultora do Instituto, divulga mensalmente analisando os cenários doméstico e internacional do mês que se encerrou e que dá perspectivas para os períodos seguintes, baseando-se no relatório Focus, opinião de especialistas e informações divulgadas pelos órgãos de mercado, como o COPOM e FED, fazendo recomendações para as carteiras de RPPS's. A Consultoria, com base no cenário analisado, segue recomendando a compra direta de NTN-B's como estratégia para ancoragem de rentabilidade acima da meta atuarial e contribuindo para redução da volatilidade global da carteira em razão da marcação na curva, contudo tal estratégia requer carregamento dos títulos até seu vencimento, por esta razão este tipo de investimento precisa ser respaldado por estudo ALM. Além disso, segue as expectativas com o fechamento da curva juros, evento impacta diretamente os títulos públicos mais longos, sobretudo aqueles atrelados ao IMA's.

As perspectivas para o mercado doméstico segundo o Boletim Focus de 14/07/23 estão no quadro abaixo:

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,12	4,95	4,95	== (1)	153	4,92	60	4,00	3,92	3,92	== (2)	152	3,83	60
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,14	2,19	2,24	▲ (1)	111	2,24	33	1,20	1,28	1,30	▲ (1)	103	1,20	31
Câmbio (R\$/US\$)	5,00	5,00	5,00	== (4)	123	5,00	35	5,10	5,06	5,05	▼ (3)	121	5,02	34
Selic (% a.a)	12,25	12,00	12,00	== (2)	145	12,00	41	9,50	9,50	9,50	== (4)	143	9,50	41
ICPM (variação %)	-1,21	-2,64	-2,69	▼ (14)	75	-2,70	23	4,00	4,00	4,00	== (4)	68	4,00	21
IPCA Administrados (variação %)	9,09	8,95	8,91	▼ (11)	94	8,99	30	4,50	4,50	4,47	▼ (1)	82	4,39	28
Conta corrente (US\$ bilhões)	-45,29	-43,07	-43,07	== (1)	32	-40,00	7	51,02	-50,40	-50,40	== (2)	31	-50,00	7
Balança comercial (US\$ bilhões)	61,15	64,00	65,00	▲ (6)	31	69,00	8	57,80	57,85	60,00	▲ (3)	26	61,80	7
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	79,00	79,50	80,00	▲ (1)	28	80,00	6	80,00	80,00	80,00	== (24)	27	81,40	6
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	60,60	60,60	60,52	▼ (1)	28	60,60	6	64,20	64,00	64,00	== (2)	27	62,00	5
Resultado primário (% do PIB)	-1,01	-1,00	-1,00	== (1)	41	-1,10	10	-0,80	-0,80	-0,80	== (4)	39	-0,80	9
Resultado nominal (% do PIB)	-7,77	-7,70	-7,64	▲ (2)	27	-7,36	7	-7,00	-7,00	-7,00	== (12)	24	-6,46	6

A carteira do IPRED encerrou o mês de junho com um total de R\$ 151.349.322,43 de PL. A rentabilidade da carteira foi de R\$ 3.074.764,55, que equivale aproximadamente a 1,92%. No ano a rentabilidade está em 7,82%, frente uma meta de 5,34%. Dos recursos da carteira, R\$ 119.133.980,44 um percentual de 78,71%, estão alocados em fundos de renda fixa e os outros 32.215.341,99, 21,29%, em fundos de renda variável e outros (multimercado, imobiliários, FIP's e exterior). Do PL, a quantia de R\$ 146.633.237,21 compreende a reserva para despesas previdenciárias, e os outros 4.716.085,22, a reserva para despesas administrativas.

Tendo em vista o desenquadramento passivo da carteira alocada em fundos de crédito privado, desenquadrada em função da redução do PL e do rendimento desses fundos, e as recomendações de especialistas e consultores, conforme registrado na Ata da reunião anterior, o diretor financeiro sugeriu a realocação do total dos recursos aplicados no fundo MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO INST FI RF LP. Comentou que o fundo encerrou negativo no último mês e que tal resultado não é compatível com esse tipo de estratégia, tendo em vista que ela deve superar a taxa DI uma vez compra mais risco. Disse que em contato com a distribuidora do produto foi informado que o fundo sofreu muitos resgates, passando de um PL de cerca de 1 bilhão para cerca de 300 milhões. Assim, sugeriu transferir o recurso para o MAGINFLAÇÃO ALOCAÇÃO DINÂMICA FI RF LP, um fundo de renda fixa com estratégia que possibilita ao gestor alterar o prazo médio da carteira, isto é encurtar ou alongar o vencimento médio dos papéis da carteira do fundo, através de títulos públicos NTN-B's. Deste modo, tem por objetivo buscar retorno através desse ativos de renda fixa, além de derivativos e cotas de outros fundos de investimento, sendo vedada a exposição em renda variável, mercado externo e alavancagem. Não tem prazo de

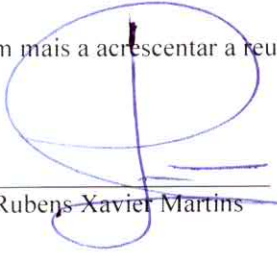
encerramento ou de carência, D+0 para conversão de cotas e D+2 para pagamento de resgates. Sua taxa de administração é de 0,5%, não tem taxa de entrada ou de saída, porém taxa de performance de 20% sobre o que exceder o IMA-B, seu benchmark. A análise solicitada à LDB, consultora do Instituto, não apontou impedimentos para o fundo receber recursos deste RPPS e demonstrou que sua performance no prazo analisado de 24 meses está em linha com seu objetivo. O diretor mencionou que essa realocação deve ajustar o desenquadramento da carteira, além de possibilitar melhores retornos considerando o iminente fechamento da curva de juros de acordo com expectativas do mercado.

Os membros do Comitê concordaram com a movimentação acima sugerida.

Para o pagamento de despesas com a folha de benefícios, o Comitê concordou em permanecer com a utilização dos fundos de curtíssimo prazo, DI, para resgate dos recursos necessários às obrigações e caso necessário utilizar demais fundos que tenham liquidez, inclusive renda variável, que estejam com variação positiva para que não sejam realizadas perdas.

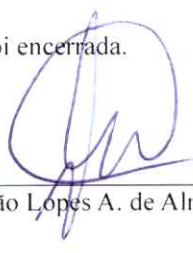
**2) Dívida da PMD:** O diretor financeiro atualizou o Comitê quanto aos valores da dívida da PMD referentes a parte da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. O total atualizado desse montante está em R\$ 347.255.595,93. Que essa atualização foi oficializada junto a PMD para providências quanto a sua regularização.

Sem mais a acrescentar a reunião foi encerrada.



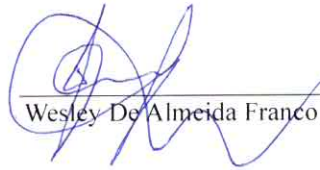
---

Rubens Xavier Martins



---

João Lopes A. de Almeida



---

Wesley De Almeida Franco



---

Silvana Ferreira Caetano